

NEOENERGIA MORRO DO CHAPÉU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.438.834/0001-00 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

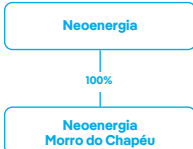
Apresentar os resultados de 2025, a Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

A NEOENERGIA MORRO DO CHAPÉU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão De Energia S.A (“Companhia”), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:

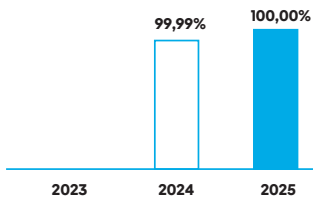


DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 17 de dezembro de 2020, a Companhia venceu o leilão ANEEL 01/2020, adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no Estado da Bahia, composta pela Linha de Transmissão Morro do Chapéu II – Poções III, em 500kV, primeiro circuito simples, com origem na Subestação Morro do Chapéu II e término na Subestação Poções III; Linha de Transmissão Poções III – Medeiros Neto II, em 500kV, primeiro circuito simples, com origem na Subestação Poções III e término na Subestação Medeiros Neto II; Linha de Transmissão Medeiros Neto II – João Neiva II, em 500kV, primeiro circuito simples, com origem na Subestação Medeiros Neto II e término na Subestação João Neiva II; Linha de Transmissão Medeiros Neto II – Teixeira de Freitas II, em 230kV, primeiro e segundo circuitos duplo, com origem na Subestação Medeiros Neto II e término na Subestação Teixeira de Freitas II; Subestação Medeiros Neto II em 500/230kV, com Compensador Sincrono 500kV (-180/+300MVar).

Em 2025, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 100%; 99% em 2024). O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão.

Em 2025, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	3	296.106	681.981
Custos de construção	4	(308.547)	(532.392)
Custos de operação	5	(10.149)	(8.185)
(Prejuízo) Lucro bruto	9.1	(22.590)	149.589
Perda de crédito esperadas	9.1	(568)	(80)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(14.650)	(4.922)
(Prejuízo) Lucro operacional	6	(239.376)	(176.807)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		8.330	20.133
Despesas financeiras		(248.673)	(133.526)
Outros resultados financeiros, líquidos		947	(65.414)
Prejuízo antes dos tributos		(254.035)	(32.190)
Tributos sobre o lucro	7.1	86.973	11.094
Diferido		86.973	11.094
Prejuízo do exercício		(167.062)	(21.096)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(167.062)	(21.096)
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	-	1.635
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	-	(556)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	-	1.079
Resultado abrangente do exercício	(167.062)	(20.017)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		759.555	11.030	-	138.504	49.571	-	959.060	1.677.215
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(167.062)	(167.062)
Destinação do prejuízo									
Absorção de reserva de lucros	15.2	-	-	-	(117.491)	(49.571)	-	167.062	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		759.555	11.030	-	21.413	49.571	(1.079)	791.998	1.677.215
Saldos em 31 de dezembro de 2023		759.555	11.030	-	148.714	49.571	-	979.077	1.677.215
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.079	(21.096)	(19.017)
Destinação do prejuízo									
Absorção de reserva de lucros	15.2	-	-	-	(9.810)	-	-	21.096	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		759.555	11.030	-	138.504	49.571	-	959.060	1.677.215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social, principal desenvolvimento, operar, explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 17 de dezembro de 2020, a Companhia venceu o leilão ANEEL 01/2020, adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no Estado da Bahia, composta pela Linha de Transmissão Morro do Chapéu II – Poções III, em 500kV, primeiro circuito simples, com origem na Subestação Morro do Chapéu II e término na Subestação Poções III; Linha de Transmissão Poções III – Medeiros Neto II, em 500kV, primeiro circuito simples, com origem na Subestação Poções III e término na Subestação Medeiros Neto II; Linha de Transmissão Medeiros Neto II – João Neiva II, em 500kV, primeiro circuito simples, com origem na Subestação Medeiros Neto II e término na Subestação João Neiva II; Linha de Transmissão Medeiros Neto II – Teixeira de Freitas II, em 230kV, primeiro e segundo circuitos duplo, com origem na Subestação Medeiros Neto II e término na Subestação Teixeira de Freitas II; Subestação Medeiros Neto II em 500/230kV, com Compensador Sincrono 500kV (-180/+300Mvar). A Companhia apresentou capital circunscrito líquido negativo de R\$513.938 em 31 de dezembro de 2025 (negativo de R\$157.029 em 31 de dezembro de 2024), além de prejuízos nos respectivos exercícios. A Companhia recebeu aportes da controladora para cumprir as suas obrigações. Adicionalmente, caso necessário, novos aportes serão realizados pela controladora para que a Companhia cumpra com suas obrigações. Em 12 de julho de 2022 foi emitido a resolução autorizativa nº 12.268 permitindo a implantação de reforços na subestação Medeiros Neto II, com previsão de conclusão das obras em outubro de 2025 e com RAP estimada de R\$7,787 (nota referencial: junho de 2024), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. A Receita Anual Permitida (RAP) para ciclo de 2025/2026 é de R\$228.399 (R\$98.997 para o ciclo 2024/2025), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da data de assinatura do contrato de concessão, datado de 31 de março de 2021. 1.1. **Gestão de riscos:** As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em abril de 2025 da Neoenergia S.A., compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, bem como as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. 1.1.1. **Riscos financeiros e mercado:** As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e de suas controladas. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge* são: “Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*”; “O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; “Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; “Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; “A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos “exóticos” ou “alavancados”. A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL	Operações de swap e a termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo mas não se limitando, a SOFR e CDI	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> básicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito. **Risco de taxa de juros e índices de preços:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição a variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TLP, LTP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros da dívida e rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio

1. ATIVOS DE TRANSMISSÃO

1.1. Linhas de transmissão

Linhas de Transmissão - Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 KV Medeiros Neto II - João Neiva 2 CI	Simples	500kV	274		30/08/2025	31/03/2051
LT 500 KV Poções III - Medeiros Neto II CI	Simples	500kV	316	300	30/06/2025	31/03/2051
LT 230KV Medeiros Neto II - Teixeira de Freitas II CI/C2 CD	Duplo	500kV	113		09/02/2024	31/03/2051
LT 500 KV Morro do Chapéu II - Poções III CI	Simples	230kV	316		12/05/2024	31/03/2051

1.2. Subestação

Subestação - Características Físicas					
Subestação	Tensão (kV)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga	
SE Medeiros Neto II - Compensador Sincrono 500kV (-180/+300MVar)	500kV	300	09/02/2024	31/03/2056	
SE 230KV Teixeira de Freitas II	230kV	N/A	09/02/2024	31/03/2056	
SE 500KV João Neiva 2	500kV	N/A	23/02/2026	31/03/2056	
SE 500KV Morro do Chapéu	500kV	N/A	12/05/2024	31/03/2056	
SE 500KV Poções III	500kV	N/A	12/05/2024	31/03/2056	

2. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para ciclo de 2025/2026 é de R\$228.400 (R\$98.997 para o ciclo 2024/2025), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da data de assinatura do contrato de concessão.

Linhas de Transmissão e Subestações - Características Financeiras					
Linha de Transmissão e Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degradação da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT 500 KV Medeiros Neto II - João Neiva 2 CI					
LT 500 KV Poções III - Medeiros Neto II CI					
LT 230KV Medeiros Neto II - Teixeira de Freitas II CI/C2 CD	100%	228.400	2026	Junho	IPCA
LT 500 KV Morro do Chapéu II - Poções III CI					
SE Medeiros Neto II - Compensador Sincrono 500kV (-180/+300MVar)					

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(167.062)	(21.096)
Prejuízo do exercício		
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	260	65
Tributos sobre o lucro	(86.973)	(11.094)
Resultado financeiro, líquido	239.376	176.807
Variações de ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes e outros	(8.097)	(12.877)
Concessão serviço público (ativo contratual)	(192.711)	(677.104)
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	5.967	(56.919)
Salários, benefícios e encargos a pagar, líquidos	(1.281)	779
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	22.386	33.356
Provisões, liquidas dos depósitos judiciais	(3.747)	(2.650)
Outros ativos e passivos, líquidos	(70.228)	18.683
Caixa consumido pelas operações	(262.110)	(652.051)
Encargos de dívidas pagas	(67.674)	(41.142)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	-	(25.731)
Rendimentos de aplicações financeiras	8.779	21.045
Caixa consumido pelas atividades operacionais	(321.005)	(697.879)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(414)	(1.072)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(414)	(1.072)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	50.000	1.882.000
Pagamento dos custos de captação	-	(25.050)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(58.949)	(1.450.317)
Depósitos em garantias	(18.258)	(14.644)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	-	(35.545)
Múltiplos recebidos	251.988	249.488
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	224.781	694.648
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(96.638)	95.717
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	108.853	13.136
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.215	108.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

3.1. Resultado Econômico-Financeiro

	DRE (R\$ mil)		Variação	
	2025	2024	R\$	%
Receita líquida	296.106	681.981	(385.875)	-57%
MARGEM BRUTA	296.106	681.981	(385.875)	-57%
Custos de construção	(298.398)	(514.207)	215.809	-42%
Custo de operação	(10.030)	(8.120)	8.090	-45%
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(1.709)	(4.892)	3.183	-65%
= Despesa Operacional	(310.137)	(537.219)	227.082	-42%
PECLD	(368)	(80)	(288)	360%
EBITDA	(14.399)	144.682	(159.081)	-110%
Depreciação	(260)	(65)	(195)	300%
Resultado Financeiro	(239.376)	(176.807)	(62.569)	35%
IR/CS	86.973	11.094	75.879	684%
LUCRO LÍQUIDO	(167.062)	(21.096)	(145.966)	692%

A margem bruta e as despesas operacionais da Companhia no ano alcançaram respectivamente R\$ 296.106 mil, -57% vs. 2024 e -R\$ 310.137 mil, -42% vs. 2024, explicadas pela evolução da obra ao longo de 2025.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em -R\$ 14.399 mil, redução de -10%, em relação ao ano de 2024.

O resultado financeiro negativo em R\$ 239.376 mil em 2025 (R\$ 176.807 em 2024) impactado pelo aumento de encargos financeiros mútuo captado com Neoenergia S.A.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou prejuízo no ano de 2025 de R\$ 167.062 mil, aumento de 692% em relação ao ano anterior.

4. ESTRUTURA DE CAPITAL

4.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2025, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 1.487.372 mil (dívida líquida R\$ 1.475.157 mil) apresentando um aumento de 5% em relação a dezembro de 2024, quando a dívida bruta foi de R\$ 1.418.452 mil (dívida líquida R\$ 1.309.599 mil). Em dezembro de 2024, a Companhia contava com 94,2% da dívida bruta contabilizada no longo prazo (98% em 2024).

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Morro do Chapéu, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Morro do Chapéu e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Morro do Chapéu.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Morro do Chapéu sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

		Notas	2025	2024
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		8	12.215	108.853
Contas a receber de clientes e outros		9	20.980	12.880
Tributos sobre o lucro a recuperar		7.1.3	11.065	14.722
Outros tributos a recuperar			582	952
Concessão do serviço público (ativo contratual)		10	237.201	185.219
Adiantamento a fornecedores			-	134
Estoque			8.028	-
Outros ativos circulantes			1.450	757
Total do circulante			291.520	323.577
Não circulante				
Tributos sobre o lucro a recuperar			389	389
Depósitos judiciais		13.1.b	26.958	23.170
Concessão do serviço público (ativo contratual)		10	3.044.094	2.903.035
Imobilizado			1194	1270
Intangível			538	576
Total do não circulante			3.073.173	2.928.440
Total do ativo			3.364.693	3.252.017
Passivo				
Circulante				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros		11	22.875	17.875
Empréstimos e financiamentos		12	85.832	30.030
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar			1.303	2.584
Outros tributos a recolher		7.2	3.325	2.706
Contas a pagar de operações de meio		14	409.480	409.480
Outros passivos circulantes			30.655	17.931
Total do circulante			805.458	480.606
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos		12	1.401.540	1.388.422
Tributos sobre o lucro diferidos		7.1.2	15.563	102.556
Outros tributos a recolher		7.2	404.096	285.865
Provisões		13	46.629	31.274
Outros passivos não circulantes			9	4.256
Total do não circulante			1.767.237	1.812.351
Patrimônio líquido		15		
Atribuído aos acionistas da Companhia			791.998	959.060
Patrimônio líquido			791.998	959.060
Total do passivo e do patrimônio líquido			3.364.693	3.252.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA MORRO DO CHAPÉU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

concluída até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato. A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPC-A). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação por serviços e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº 04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16%a.e. e 17%a.e., nominal e antes dos impostos. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5% a.a. a 11,0%a.e.

4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2025	2024
Pessoal	(2.909)	(8.531)
Material	(20.381)	(120.161)
Serviços de terceiros	(249.594)	(349.494)
Outros	(25.512)	(35.871)
Total	(298.397)	(514.207)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Outras receitas		
Custos de (despesas) gerais e operacionais	administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregos	(7.017)	(2.074)
Serviços de terceiros	(1.601)	(267)
Depreciação e amortização	(19)	(141)
Impostos, taxas e contribuições	(85)	(150)
Outras receitas e despesas, líquidas	(10.327)	782
Total	(18.501)	(11.959)

	2024	2025
Outras receitas		
Custos de (despesas) gerais e operacionais	administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregos	(6.209)	(4.493)
Serviços de terceiros	(10.426)	(236)
Depreciação e amortização	(65)	(141)
Impostos, taxas e contribuições	(17)	(68)
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.468)	(95)
Total	(18.185)	(4.892)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	8.779	21.045
Tributos sobre receita financeira	(493)	(1.003)
Atualização de depósitos judiciais	41	85
Outras receitas financeiras	-	-
Total	8.330	20.133

	2025	2024
Despesa financeira		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(163.803)	(103.377)
Encargos sobre mútuo	(78.781)	(22.094)
Atualização de provisões para processos judiciais	(18)	(319)
IOF	(4.948)	(6.468)
Outras despesas financeiras	(1.023)	(1.268)
Total	(248.673)	(133.526)

Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado- Dívida	-	(122.580)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado- Dívida	-	19.420
Perdas com instrumentos financeiros derivativos – Nota 12.3.b	-	(85.226)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos – Nota 12.3.b	-	125.260
Perdas com variações cambiais e monetárias	(803)	(440)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	1.770	440
Total	967	(63.414)
Resultado financeiro, líquido	(239.376)	(176.807)

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Tributos sobre o lucro	(254.035)	(32.190)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:	86.372	10.945
Atualização SELIC Indefinita	601	-
Outras ações (reversões) permanentes	-	119
Tributos sobre o lucro	86.973	11.094
Alíquota efetiva	34%	34%
Diferido	86.973	11.094

7.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos

	2025	2024
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	162.246	82.783
Diferenças temporárias:		
Provisão para participação nos lucros e resultados	114	332
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(178.872)	(186.207)
Outros	249	349
Saldo final do exercício	(15.563)	(102.536)
Passivo não circulante	15.563	102.536

As variações dos tributos diferidos passivos são às seguintes:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	(102.536)	(113.074)
Efeitos reconhecidos no resultado	86.973	11.094
Efeitos reconhecidos no resultado abrangente	(564)	(564)
Saldo final do exercício	(15.563)	(102.536)
7.1.3. Tributos sobre o lucro a recuperar		
Imposto de Renda – IR	11.436	15.103
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	19	18
Ativo	11.455	15.121
Circulante	11.025	14.722
Não circulante	389	389

7.1.4. Política contábil material e julgamentos críticos: a) Política contábil material: Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como nos prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. Os tributos sobre o lucro são compensados quando existe direito legalmente previsto para tal com base na legislação aplicável. Essa abordagem considera as características específicas de cada linha de negócio, a natureza e o valor dos tributos reconhecidos e a necessidade de manter a consistência na aplicação das regras fiscais e contábeis. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômicos, comerciais e tributários, e estão sujeitos a alterações. A Companhia também aplica julgamento crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher**

	2024	2025
Outros tributos indiretos (I)	304.946	286.678
Outros	1.652	1.554
Tributos a recolher	306.600	288.232
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	576	194
Costo de desenvolvimento energético - CDE	16	8
Outros	226	135
Encargos Setoriais	307.421	288.239
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		
Circulante	3.325	2.705
Não circulante	304.096	285.865

(I) Contempla o Outros tributos indiretos diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão. A Reforma Tributária brasileira, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 224/2025, promoveu uma reestruturação abrangente do sistema tributário, substituindo tributo como ICMS, ISS, PS, COFINS e IPI pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto Seletivo (IS). Esses novos tributos possuem características de não cumulatividade e estrutura alinhada ao modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O período de transição ocorrerá entre 2025 e 2032, com efeitos práticos a partir de 2026. Como a Companhia possui uma carteira diversificada, a Companhia passou a classificar o saldo diferido de longo prazo como outros tributos indiretos diferidos até que haja definição da alíquota efetiva da CBS, bem como do entendimento da ANEEL sobre eventuais impactos decorrentes desse tema sobre a RAP. Somente após essa definição será possível avaliar os impactos no fluxo de recebimento do ativo de contrato decorrendo do regime de gross-up da receita regulatória. A Companhia está considerando continuamente os desenvolvimentos da Reforma Tributária e avaliando seus potenciais impactos, inclusive no que se refere à conformidade regulatória, riscos associados e à aplicação das novas regras durante o período de coexistência dos sistemas tributários. Adicionalmente, a Companhia concluiu a adaptação de seus sistemas e iniciou a emissão de notas fiscais contendo os valores estatísticos de CBS e IBS, conforme previsto na legislação vigente, reforçando seu compromisso com a adequação tempestiva às exigências legais.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	8.873	4.294
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.407	104.337
Fundos de investimento	12.215	108.853

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 e de 99,88% (99,90% em 31 de dezembro de 2024) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2025	2024
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	929	222
CDB	95	222

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir esses obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025		2024	
	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Concessionárias	Receivível		Receivível	
	21.428	(448)	12.960	(80)
	21.428	(448)	12.960	(80)
Circulante		20.980		12.880

O aging do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2025		2024	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	19.487	(65)	12.845	(41)
Saldos vencidos:				
Entre 1 e 90 dias	401	(87)	43	(9)
entre 91 e 180 dias	177	(70)	70	(28)
entre 181 e 360 dias	399	(141)	2	(2)
Acima de 360 dias	964	(85)	-	-
	21.428	(448)	12.960	(80)

9.1. Variação das perdas de crédito esperadas - PCE

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	(80)	(92)
Ações	(368)	-
Reversões	-	12
Saldo final do exercício	(448)	(80)

9.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil material: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 17.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja inevitável, deduzidos das perdas crédito esperadas. A Companhia reconhece as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de curto prazo utilizando matriz de perda baseada em histórico de inadimplência, ajustada por informações atuais e projeções futuras, quando aplicável. Essa abordagem considera as características específicas de cada linha de negócio. A Companhia não apresenta histórico de inadimplência relevante e, portanto, a matriz considera percentuais crescentes de provisão, podendo chegar a 100% para atrasos superiores a 12 meses. Mecanismos da ONS mitigam o risco de crédito, tornando as perdas irrelevantes.

10. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou de outras hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraes-

trutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam movimentação dos saldos como segue:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	3.088.314	2.411.210
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(129.102)	(64.194)
Remuneração do ativo contratual	287.094	251.080
Depreciação e mensuração do ativo contratual	24.924	420.218
Saldo final do exercício	3.281.229	3.088.514

10.1. Política contábil material: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de destino. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Esses recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reconhecidas para a Companhia. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. **10.2. Estimativas e julgamentos críticos:** O mensuração do ativo de contratual a Companhia estima os fluxos de caixa futuros em bases nominais no início da concessão. Sendo as principais premissas: (i) o componente de inflação a ser adicionado ao fluxo de caixa da concessão, e (ii) a taxa de desconto que reflete o componente de financiamento para o Poder Concedente. O componente inflação realizado pode ser significativamente diferente das estimadas feitas pelos usuários de juro da concessão. A Companhia reconhece a necessidade de manter a consistência na aplicação das regras fiscais e contábeis. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômicos, comerciais e tributários, e estão sujeitos a alterações. A Companhia também aplica julgamento crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher**

11. FORNECEDORES, CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2025	2024
Materiais e serviços	22.875	17.875
Total	22.875	17.875

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIRO DERIVATIVOS

12.1. Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor ao seu acionista, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2024	2025
Agências de fomento	1.044.431	1.006.598
Empréstimos e financiamentos	1.487.372	1.418.452
Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(12.215)	(108.853)
Dívida líquida	1.479.588	1.309.597

12.2. Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, denominados em Real brasileiro ("R\$") e Iene. A Companhia também possui contratos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa de transações realizadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial. **a) Saldos dos contratos por moeda**

	2025	2024
Denominados em R\$	1.553.574	1.467.411
Indexados a taxas flutuantes	1.553.574	1.467.411
(-) Depósitos em garantia	(52.922)	(14.633)
(-) Custos de transação	(33.280)	(34.226)
Passivo circulante	1.487.372	1.418.452
Passivo não circulante	1.401.540	1.388.422

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida: A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽²⁾	Total
2026	54.089	86.117	140.206
2027	44.342	103.477	147.819
2028	47.389	104.536	151.925
2029	52.141	104.133	156.274
2030	57.168	105.082	162.250
2031 a 2035	382.784	512.444	895.228
Entre 2036 a 2040	580.650	440.447	1.021.097
2041 em diante	1.300.358	291.843	1.592.201
Total	2.518.923	1.747.879	4.266.802

O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas taxas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2024 e considerando que todas as amortizações e pagamentos são reconhecidos com os custos de transação. **12.4. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia utiliza derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa de transações realizadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial. **a) Saldos dos contratos por moeda**

	2025	2024
Denominados em R\$	1.553.574	1.467.411
Indexados a taxas flutuantes	1.553.574	1.467.411
(-) Depósitos em garantia	(52.922)	(14.633)
(-) Custos de transação	(33.280)	(34.226)
Passivo circulante	1.487.372	1.418.452
Passivo não circulante	1.401.540	1.388.422

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida: A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽²⁾	Total
2026	54.089	86.117	140.206
2027	44.342	103.477	147.819
2028	47.389	104.536	151.925
2029	52.141	104.133	156.274
2030	57.168	105.082	162.250
2031 a 2035	382.784	512.444	895.228
Entre 2036 a 2040	580.650	440.447	1.021.097
2041 em diante	1.300.358	291.843	1.592.201
Total	2.518.923	1.747.879	4.266.802

O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas taxas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2024 e considerando que todas as amortizações e pagamentos são reconhecidos com os custos de transação. **12.4. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia utiliza derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa de transações realizadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial. <

NEOENERGIA MORRO DO CHAPÉU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão de Energia S.A., Campinas - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 4 de março de 2026

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC n° 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC n° 1 RJ 093376/O-3

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 27/03/2026
A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/27/NEOMORRODOCHAPEU1588432227032026.pdf>
Hash: 1774576081ed7aee7caaaa4f3f83ec25e0e514602e